

Árduo caminho para reerguer a Região Metropolitana

Gestores municipais esbarram na burocracia e na lentidão dos repasses para reconstruir suas cidades após as cheias

das cicatrizes à reconstrução

Jamil Aiquel

jamil@jcrs.com.br

Dois anos após a maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul, as enchentes de maio de 2024, o cenário ainda é de incertezas e cicatrização lenta. O desastre, que expôs de forma trágica a vulnerabilidade da infraestrutura de contenção das cidades, vitimou 185 pessoas e deixou 23 desaparecidos. Hoje, o Estado vive à sombra do medo de novos eventos climáticos extremos.

Embora o governo estadual anuncie investimentos bilionários e novas tecnologias por meio de fundos como o Funrigs (estadual) e o Firece (federal), além de ampliar o efetivo da Defesa Civil, a realidade enfrentada nas prefeituras acaba sendo mais dura. Os gestores municipais ouvidos pela reportagem relatam que por vezes acabam esbarrando na burocracia governamental, na lentidão dos repasses e, sem alternativas, buscam recursos próprios para reconstruir suas cidades.

Esta é a quarta matéria de uma série que pretende mapear as principais ações feitas ao longo destes dois anos após a grande enchente de 2024 no RS

Canoas

Ao contrário dos demais gestores, que detalharam os obstáculos da reconstrução à reportagem, o prefeito de Canoas, Airton Souza, preferiu não se manifestar diretamente, enviando apenas uma nota oficial. A cidade contabilizou números devastadores: 186 mil pessoas afetadas e 5.508 imóveis inabitáveis. Para conter a crise habitacional, mais de 2 mil famílias foram contempladas com moradias pela modalidade de Compra Assistida. O Executivo se limitou a informar que a proteção da cidade é "prioridade". O texto destaca a entrega do Muro da Cassol no dia 30 de abril, estrutura que reforça o dique do bairro Rio Branco. O município prevê um plano com R\$ 500 milhões em intervenções, ressaltando que, deste montante, apenas R\$ 70 milhões já foram aplicados, utilizando exclusivamente recursos locais. A nota cita ainda intervenções nos diques Mathias Velho e Niterói, e obras no bairro Mato Grande.

São Leopoldo

Em São Leopoldo, a tragédia climática atingiu em cheio a questão habitacional. Segundo dados disponibilizados pela prefeitura, a enchente inutilizou 2.479 residências. O reassentamento depende do programa de compra assistida do governo federal, com 800 autorizações emitidas. Contudo, a escassez de moradias regularizadas e as travas burocráticas retardam as soluções. "Esse é um problema vivido em todos os municípios que tiveram problema da enchente. Não há imóveis, ou às vezes há o imóvel, mas não há documentação", critica o prefeito **Heliomar Franco**.

Sem poder esperar pelo Estado, a prefeitura recorreu a recursos municipais. Franco se orgulha ao afirmar que São Leopoldo assumiu a vanguarda e foi a primeira cidade a dragar o Rio dos Sinos. A intervenção ocorreu no trecho mais crítico, no Centro da cidade, um gargalo histórico sobre a BR-116 que sofria com assoreamento há décadas,

após o município comprovar a ausência de contaminantes para obter a liberação ambiental.

Além disso, diante da ineficiência estrutural do sistema de drenagem, o Executivo adquiriu cinco bombas anfíbias modernas e mais potentes. Em vez de ficarem restritas às antigas casas de bombas, elas foram instaladas diretamente em poços criados dentro das valas de drenagem de bairros muito atingidos. "Foi uma invenção nossa aqui caseira", revela o prefeito sobre a medida.

Segundo ele, a nova estrutura vai garantir "o escoamento das águas da chuva diretamente por cima dos diques", encurtando o caminho da água. A solução, implementada inicialmente de maneira provisória, deu tão certo que agora a prefeitura está providen-



FACEBOOK/REPRODUÇÃO/JC

ciando instalações definitivas para os equipamentos.

Para viabilizar as intervenções, a prefeitura assumiu R\$ 1 bilhão em financiamento próprio.

O recurso tornou-se vital para driblar a burocracia dos fundos estadual e federal. "Nesses dois sistemas existem exigências muito grandes de entregas de documentos e isso em algumas vezes tem nos causado um atraso no início da execução das obras", desabafa Franco.

Por fim, o prefeito afirma: "Como é um entendimento de governo que tem que ser feito, vamos fazer mesmo que tenha que fazer com recurso próprio". Além disso, Franco ressalta que ainda estão previstas novas casas de bombas de R\$ 200 milhões e R\$ 70 milhões, estas custeadas pela União.

Guaíba

Em Guaíba, cerca de 42 mil pessoas (12.400 famílias) foram diretamente atingidas pelas águas do Rio Jacuí. A cidade conseguiu realocar 150 famílias utilizando recursos federais e criou um aluguel social bancado com recursos municipais. "Fizemos uma legislação que não é somente para quem estava na mancha da enchente, mas hoje para mulheres vítimas de violência doméstica também", destaca a prefeita **Claudinha Jardim**.

Segundo ela, a reconstrução da infraestrutura foca na macrodrenagem urbana, viabilizada estritamente com verbas federais e empréstimos do



REPRODUÇÃO/JC

município via Caixa Econômica Federal, que cobrem intervenções nas Zonas Norte e Sul e a instalação de novos gabiões (estruturas modulares de telas de aço galvanizado preenchidas com pedras). Contudo, esse planejamento evidencia a pesada ausência de apoio do Estado, tornando a

recuperação muito mais onerosa para os cofres locais.

Nesse contexto, a prefeita revela a exclusão da cidade na distribuição de repasses cruciais para a contenção de cheias: "Quando foi organizado o Funrigs foi destinado a alguns municípios e a cidade de Guaíba não teve,

infelizmente, o acesso". Sem esse amparo Estadual, a prefeitura foi forçada a utilizar recursos próprios para investir em inteligência preventiva, arcando com a contratação de uma empresa privada de meteorologia e especialistas em hidrologia para preparar a cidade contra novos extremos climáticos.

Sem os repasses estaduais, Guaíba precisou arcar com recursos próprios para contratar uma empresa de meteorologia e revisar o Plano Diretor. Claudinha adverte para a ineficácia de obras isoladas. "Os cursos de água vão se encontrando no Guaíba e não pode ser algo isolado, tem que ser em conjunto".

Mas, apesar da falta de amparo estadual, a prefeita garante: "Nos sentimos mais resilientes depois do ocorrido de 2024, mais organizados".

Eldorado do Sul

Eldorado do Sul sofreu o maior desastre de sua história, com 32 mil atingidos e mais de 2 mil moradias condenadas. O socorro federal da Compra Assistida atende 1.671 famílias, das quais 1.006 concluíram os trâmites na Caixa Econômica Federal. Assim, a prefeita **Juliana Carvalho** resume o gargalo: "O reassentamento das famílias atingidas segue avançando, apesar dos desafios enfrentados em toda a região quanto à disponibilidade de imóveis e questões documentais".

Para além do programa federal, a prefeitura aposta no apoio habitacional do Estado para suprir o déficit de moradias. Detalhando esse avanço, ela ressalta as obras que já saíram do papel. "As obras das 464 moradias definitivas já iniciaram e seguem em pleno andamento, somando-se também à implantação de 250 casas provisórias por

meio do programa 'A Casa é Sua Calamidade' e do Plano Rio Grande".

Paralelamente a essas construções, o município mantém ativos os programas de aluguel social para dar suporte às famílias desabrigadas durante todo o período da reconstrução. Para tentar corrigir um déficit estrutural grave, a cidade atualizou o projeto do novo Sistema de Proteção. A prefeita é transparente sobre o abandono da cidade no passado: "É importante esclarecer que Eldorado do Sul historicamente não possui um sistema completo. Não se trata de um 'sistema antigo insuficiente', mas sim

de uma demanda histórica do município, aguardada há mais de 13 anos".

Embora mais de R\$ 100 milhões já tenham sido injetados por meio de recursos estaduais e federais, que abrangem ações emergenciais, assistência social, infraestrutura e recuperação urbana, a dimensão da tragédia provou que apenas os repasses externos não são suficientes. Engessada por demandas que exigiam respostas rápidas ou que não se enquadravam integralmente nos rígidos critérios técnicos dos programas governamentais, a prefeitura foi forçada a reorganizar o próprio orçamento.



TANIA MEINERZ/JC